

Quando a Lei Falha: Família, Medo e as Raízes de 7 de Outubro

A partir de 9 de julho de 2025, o conflito israelo-palestino permanece como um testemunho sombrio das consequências da impunidade estatal e da paralisia internacional. Nesse vácuo de responsabilidade, surgiram atos de desespero — ações impulsionadas não apenas pela ideologia, mas pelo instinto primal de proteger a família. O uso generalizado de detenção administrativa por Israel, marcado por torturas documentadas e abusos contra crianças, continua em direta violação do direito internacional. No entanto, a comunidade internacional fez pouco para detê-lo. Este ensaio argumenta que os sequestros de 7 de outubro de 2023 — quando 251 indivíduos foram levados para Gaza — não foram atrocidades aleatórias, mas um resultado previsível de uma injustiça sistêmica. Eles emergiram de uma realidade psicológica e política na qual a lei não oferecia proteção, e o desespero se tornou uma arma.

Embora essas ações extralegais não sejam endossadas, compreender suas raízes exige examinar o contexto completo: um sistema legal projetado para esmagar, uma comunidade internacional relutante em intervir e um instinto parental universal desencadeado por detenções em massa e abusos. Como dramatizado no filme de 1997 *Alvo Executivo*, no qual um homem é forçado a participar de um complô terrorista para salvar sua esposa, a ameaça aos entes queridos sobrepõe-se à moralidade convencional. Quando a justiça institucional falha, esse instinto se torna tanto uma explicação quanto um aviso.

Violações Legais de Israel: Detenção como Punição Coletiva

Por décadas, Israel mantém um regime de detenção administrativa, permitindo a prisão de palestinos sem acusação ou julgamento, muitas vezes por períodos indefinidos e com base em evidências secretas. Essas práticas, em vigor desde 1967, são claras violações da Quarta Convenção de Genebra (Artigos 64–66) e do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (Artigos 9 e 14).

Em meados de 2024, mais de 9.500 palestinos estavam sob custódia israelense, com pelo menos 53 mortes relatadas em detenção desde outubro de 2023 — muitas ligadas a torturas, segundo a Anistia Internacional. Crianças de apenas 14 anos foram submetidas a humilhações sexuais, espancamentos e abusos psicológicos. Esses não são excessos isolados; são características de um aparato sistemático que transforma a detenção em arma contra uma população inteira.

Essa estratégia de coerção, repressão e controle se assemelha à tomada de reféns, conforme definida na Convenção Internacional contra a Tomada de Reféns de 1979. Com uma

taxa de condenação de 99,7% nos tribunais militares, o recurso legal é uma ficção. Nesse contexto, as famílias palestinas não são protegidas pela lei — elas são perseguidas por ela. O próprio arcabouço legal tornou-se um mecanismo de dominação, ecoando casos históricos em que a lei estatal foi usada para justificar atrocidades até ser desafiada por forças externas.

Cumplicidade Internacional: Uma Falha em Proteger

Apesar da extensa documentação de órgãos da ONU, organizações de direitos humanos e observadores internacionais, o mundo falhou em agir. Não foram impostas sanções significativas, processos internacionais ou medidas diplomáticas para responsabilizar Israel por seu regime de detenção. A Responsabilidade de Proteger (R2P), afirmada na Cúpula Mundial da ONU de 2005, obriga a comunidade internacional a intervir quando os estados não conseguem prevenir crimes contra a humanidade. No entanto, nesse caso, a aplicação foi inexistente.

As trocas de prisioneiros mediadas por cessar-fogo entre 2023 e 2025 — notavelmente a libertação de 135 detentos — mostram que a vontade política pode mudar resultados. Mas esses momentos foram raras exceções a uma norma de indiferença. Como reafirmado nos debates da Assembleia Geral da ONU em 2025, o mundo está falhando em seu dever de cumprir a R2P. Enquanto isso, as investigações lentas do Tribunal Penal Internacional não resultaram em ações executáveis. Os palestinos permanecem presos entre uma força ocupante punitiva e uma comunidade internacional que desvia o olhar.

Esse silêncio permite abusos. Ele lembra os fracassos passados da comunidade internacional — de Ruanda à Bósnia — onde as normas legais eram claras, mas a vontade de aplicá-las estava ausente. Como aquelas tragédias, a impunidade concedida ao sistema de detenção de Israel exige um acerto de contas.

O Instinto de Proteger: Sistemas sem Lei e Gatilhos Psicológicos

Quando a lei colapsa, o instinto assume o controle. O impulso de proteger os filhos está entre os mais poderosos impulsos humanos, enraizado pela evolução. Pesquisas publicadas em *Nature Reviews Psychology* (2024) mostram que o investimento parental está biologicamente ligado a estratégias de sobrevivência em várias espécies. Ameaças aos filhos ativam respostas neurológicas profundas — medo, agressão, desespero — especialmente quando essas ameaças são constantes e não resolvidas.

Um estudo de 2023 no *Journal of Traumatic Stress* reforça essa ligação, revelando como o trauma coletivo e a impotência amplificam a agressão reativa. O artigo do HubPages “Instinto — Nascemos com um Instinto Protetor?” (atualizado em 2024) compara isso a um reflexo de “mãe urso”, um fenômeno universal que supera as normas sociais e legais quando entes queridos estão em perigo.

Essa realidade é dramatizada em *Alvo Executivo* (1997), no qual um motorista de dublê é coagido a participar de um complô de sequestro após sua esposa ser tomada como refém. A ameaça a um membro da família o força a ações que ele nunca consideraria de outra forma. Essa narrativa, embora fictícia, reflete a realidade vivida por muitas famílias palestinas. Com mais de 9.500 indivíduos detidos — incluindo crianças — as comunidades palestinas vivem sob o constante medo de perda, abuso e morte.

Nesse ambiente, o impulso de retaliar, de trocar reféns por reféns, torna-se não apenas racional, mas inevitável. A troca de prisioneiros de 2011 — 1.027 palestinos por um cativo israelense — demonstrou que a pressão extralegal produz resultados. Na ausência de justiça, o desespero se torna estratégia. O 7 de outubro de 2023 deve ser entendido sob essa luz: um ato desesperado moldado por detenções sistemáticas, abandono internacional e o instinto avassalador de proteger os próprios.

A Hipocrisia da Indignação Seletiva

Condenar respostas extralegais sem enfrentar os abusos que as provocam não é apenas hipócrita — é perigoso. Isso mantém um duplo padrão moral no qual a violência estatal é legal e invisível, enquanto a violência reativa é criminosa e condenada. Esse desequilíbrio erode a legitimidade do próprio direito internacional.

A lógica é simples: se as instituições encarregadas de manter a justiça falham, as pessoas encontrarão outros meios. Assim como o protagonista de *Alvo Executivo* escolhe ações ilegais quando ninguém mais salvará sua esposa, comunidades oprimidas agem quando suas famílias são alvos e não resta nenhuma via de reparação. Isso não é uma justificativa — é um diagnóstico da causa.

A história ensina que a verdadeira responsabilidade visa sistemas, não sintomas. Os julgamentos de Nuremberg não começaram culpando cidadãos alemães desesperados; eles desmantelaram as estruturas de impunidade. Para acabar com o ciclo de violência na Palestina, a comunidade internacional deve enfrentar a raiz: as violações sistemáticas de Israel e seu aparato militar-legal.

Conclusão: Acabar com os Abusos, ou Esperar o Desespero

O sistema de detenção administrativa de Israel, construído sobre pretextos legais e sustentado pela violência, representa uma grave violação do direito internacional. A contínua falha da comunidade global em fazer cumprir seus próprios padrões de direitos humanos — por meio da R2P ou dos mandatos do TPI — criou um vácuo no qual o instinto de proteger a família se torna uma arma política.

O 7 de outubro não era inevitável, mas era previsível. Quando os sistemas legais colapsam, os instintos mais antigos permanecem. Em vez de condenar os desesperados enquanto protege os poderosos, o mundo deve enfrentar as injustiças estruturais no cerne deste conflito.

Acabar com o regime de detenção de Israel, impor a responsabilidade internacional e restaurar a confiança na lei não são apenas necessidades legais — são o único caminho para prevenir o desespero futuro. Até que isso aconteça, o ciclo de impunidade e violência reativa persistirá, impulsionado pelo medo, trauma e o instinto duradouro de proteger o que mais importa.